



XV FESTA DA SOLIDARIEDADE - VIANA DO CASTELO 2022

“Estamos todos, IPSS, Autarquias e Governo, ao serviço das pessoas”

CNIS

Padre Lino Maia é candidato a mais um mandato



COVID-19

Máscaras continuam a ser obrigatórias nos lares de idosos



COIMBRA

Direção da CNIS encerrou ciclo com associadas intermédias



BRAGA

7ª Semana Social promoveu convívio nos 20 anos da UDIPSS



Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



A economia de Francisco e a identidade das IPSS

Convidados pelo Papa Francisco, mais de 1.000 jovens, idos de todo o mundo – de Portugal estiveram 20 – ligados às ciências económicas, ao empreendedorismo e ao mundo do trabalho, reuniram-se, em Assis, de 22 a 24 de setembro últimos, interessados por construir uma “economia diferente”. Em cada um dos 120 países, durante cerca de 3 anos foram pensadas propostas criativas que consubstanciassem os valores fundamentais que Francisco anseia que sejam o suporte de uma “Economia do Evangelho”, atenta aos mais pobres e à natureza.» .

Assim pode não se ter qualquer dúvida de que esta profética iniciativa papal tem como objetivo a criação de um novo modelo económico. O atual modelo neoliberal já deu as provas, mais que suficientes, de que está a levar o mundo para a ruína, pois os pressupostos em que assenta são mais do tipo “financeirista” do que dirigidos a alcançar o bem-estar comum. Não há um naco de indicações que apontem para a transformação desta economia, dominada pelo capital, pois, ela procura defender-se dos vírus que ela própria gera, contaminando os que são mais vulneráveis aos efeitos malignos da livre circulação dos mercados, respondendo cada vez, com mais dificuldades, às crises económico-financeiras regionais e locais gravíssimas, que são frequentes. Apesar de inevitável o relacionamento interdependente para o bem-estar de cada pessoa e das sociedades em que habitam, esta intrínseca alteridade está a ser esmagada pelo egoísmo que tem feito crescer um individualismo que faz das sociedades autênticos “coliseus de combate” para se identificarem os mais competitivos, gerando competitividades ferozes sempre em vista ao crescimento do lucro que fica nas mãos de menos de um terço da humanidade. É esta economia que mata . É incontável o número de mortos que causou e dos que, apesar de palmilharem as ruas das nossas terras já estão “mortos” para si mesmos e para muitos com quem se cruzam.

A Economia Social surge para responder às limitações do modelo vigente, mas o que está em causa é a urgência de um novo modelo

económico que, segundo Francisco, já está a dar sinais de emergir, na medida em que «estão a formar-se e começam a estudar e a pôr em prática uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta. Um acontecimento que nos ajuda a estar unidos, a conhecer-nos uns aos outros, e que nos leve a estabelecer um “pacto” para mudar a economia atual e atribuir uma alma à economia de amanhã» . No plano da geração de riqueza e gestão financeira estão aqui algumas das matizes identitárias das IPSS e outras que, mais adiante Francisco mencionará.

Ele sabe, assim como nós, que não é fácil derrubar o modelo económico em vigor. O seu braço forte é o Capital que não é mais do que um “polvo” gigantesco com tentáculos e ventosas em todos os setores do mundo. Há, por isso, muitos interesses envolvidos. Só os incautos é que não saberão que o mundo está a ser comandado pelo Capital e não pela política. É que Francisco, não sendo ingénuo nem um utópico irrealista, tem a plena convicção da mudança que se impõe, sob pena de nos mantermos no caminho da autodestruição. Talvez esse novo tipo de economia ainda não surja no seu tempo, mas tem de se iniciar já a sua construção, e os seus alicerces são os jovens que assinaram, com o Papa, um “Pacto pela Economia”, conscientes de que será difícil a transformação dos modelos em vigor, pois isso irá colidir com interesses de grandezas diversas, incluindo os de pequena dimensão. O fatalismo é muito mais gravoso para o desenvolvimento humano que a utopia, que é essa capacidade de acreditar e de lutar “contra toda a esperança” (cf. Rm 4,18). Assim, Francisco pede, com todo o seu vigor, que os jovens se ponham a caminho, sejam motores de transformação das realidades nefastas hodiernas, onde a economia tem uma dimensão incontornável. O grande anseio de Francisco é que a pessoa esteja no centro de todas as decisões e se respeite a Natureza, também, como algo sagrado.

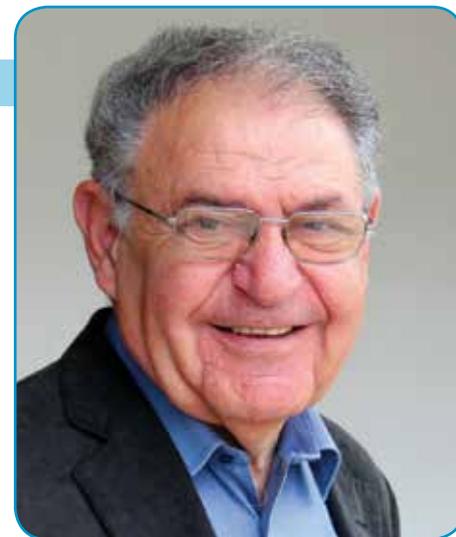
No último dia do encontro, já com a presença de Francisco, os participantes afirmaram ter

consciência da responsabilidade, individual e coletiva, que tinham sobre os ombros e comprometeram-se a gastarem as suas vidas para que a economia, a começar já, seja amiga da paz; cuide da criação e não a use mal; esteja ao serviço da pessoa humana, da família e da vida, respeitosa de cada mulher, homem e criança, dos idosos e especialmente dos mais frágeis e vulneráveis; onde o cuidado substitua a rejeição e a indiferença; não deixa ninguém para trás; reconheça e proteja o trabalho seguro e digno para todos; as finanças sejam amigas e aliadas da economia real e do trabalho; valorize e proteja; contra a pobreza em todas as suas formas, reduza a desigualdade; guiada por uma ética da pessoa humana; crie riqueza para todos; gere alegria e não apenas riqueza .

As IPSS estão integradas no modelo que, em Portugal, se assumiu designar-se por Economia Social. Todavia, corre riscos de resvalar para a Economia de Mercado. Esse perigo torna-se maior e, já em alguns casos a única distinção é o destino dos excedentes finais que não são propriedade de ninguém, senão da própria instituição. Por isso, é de uma importância vital que os dirigentes entranhem e criem formas de relacionamento com os demais colaboradores para que eles consigam alcançar o mesmo nível que é o de nunca esquecerem a identidade, a missão e os valores da instituição em que estão integrados. O art.º 1, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, condensa em duas palavras todos os princípios, finalidades e resultados da Economia de Francisco. Não são as IPSS portuguesas que, por muito rigorosas que sejam no cumprimento das orientações de Francisco que iriam alterar o modelo económico capitalista em curso. Todavia, já lembrava Santa Madre Teresa de Calcutá que os oceanos são constituídos de pequenas gotas de água e se lhe retirarmos uma, ninguém dará por isso, mas o oceano ficará mais pequeno. Uma das aproximações à Economia de Francisco era repensar-se o modelo de cooperação vigente e colocar nos órgãos sociais das IPSS muitos mais jovens, sobretudo, os que alinham por uma economia diferente. Que vos parece?

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Alertas do outono

1. Desde setembro de 2021, que muito se tem falado sobre os aumentos do preço da eletricidade. A guerra na Ucrânia e a seca severa que se tem sentido vieram agravar mais a situação, e será raro o português que não se queixe de uma fatura mensal mais elevada.

Promovido pela Associação Empresarial de Portugal (AEP) junto de 1.020 empresas associadas, de todo o país e de vários setores de atividade, o inquérito conclui que “cerca de 40% de empresas registaram aumentos superiores a 200% no gás natural”, enquanto uma em cada seis empresas registaram aumentos superiores a 200% na eletricidade e três em cada cinco registaram aumentos superiores a 20% nos combustíveis.

Adicionalmente, “cerca de dois terços das empresas refere não ter benefício na fatura de energia elétrica” com a implementação do Mecanismo de Ajuste do Mercado Ibérico de Eletricidade, destinado a evitar uma escalada dos preços da energia e mais de um quinto diz não conseguir “aferir da existência ou não de benefício, pelo facto de esta componente não surgir de forma autónoma na fatura”.

Os resultados do inquérito da AEP confirmam o que também se verifica nas Instituições de Solidariedade que demonstram grande preocupação e mostram enorme apreensão quanto à escalada dos custos de energia. Também com o aumento dos custos da alimentação que vão acompanhando os custos da energia.

É imperativo reduzir a tributação sobre a energia, já elevada no contexto europeu ainda antes da pandemia e da guerra; criar outras medidas efetivas e eficazes para ajudar as Instituições a mitigar a subida exponencial de custos.

Para mitigar o impacto do aumento dos custos da energia na sua atividade, as Instituições precisam da descida de impostos sobre a energia e o apoio célere dos fundos europeus, nomeadamente a realocação do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] para combater a crise energética e apoiar o investimento em equipamentos mais eficientes e novas energias alternativas.

Outras medidas necessárias poderão ser a redução da carga fiscal sobre os salários e a diminuição do IVA para a aquisição de equipamentos para produção de energias verdes.

Entretanto, a receita fiscal do Estado cresceu, no primeiro semestre, 29,7%, face a 2021, gerando um excedente de 1.113 milhões de euros. Para tal contribuiu, decisivamente, o IVA e a sua relação com a inflação, os aumentos dos salários, sendo que o SMN aumentou as contribuições da Segurança Social.

Assim, não será por falta de dinheiro que a cooperação com o Setor Social não irá inverter as

suas perdas acumuladas ao longo dos últimos anos.

Impõe-se, que as verbas para a cooperação sejam, claramente, aumentadas, por forma a ser reforçada a recuperação do índice de participação do Estado nas respostas sociais.

2. Os custos com pessoal, e apenas com salário mínimo, neste ano subiram cerca de 6%, sabendo-se que, neste semestre este número crescerá em virtude do processo de negociação do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), assim como das atualizações/revisões que cada uma das Instituições terá de concretizar.

Vai sendo anunciado que certamente, por causa da inflação e do aumento de custos, a atualização do salário mínimo nacional em 2023 será superior ao anteriormente previsto e que é apontada uma progressiva atualização dos salários médios para os próximos anos de cerca de 20%.

Obviamente, que somos os primeiros a dizer que os trabalhadores nas IPSS são mal pagos, estando bem abaixo da média de vencimentos dos funcionários públicos - sabendo-se que um Diretor Técnico nas nossas Instituições tem como valor de referência 1.200 euros e já com vários anos de serviço, conforme o nosso CCT, por exemplo, já para não falar de outras categorias.

Não havendo uma progressiva atualização

dos salários médios em breve passaríamos a ter cerca de 90% dos trabalhadores do Sector Social Solidário a ganhar o salário mínimo nacional.

3. Com o adiamento certamente provocado pela mudança de titulares do Ministério de Saúde, verifica-se um incumprimento do que está contemplado na última Adenda no que concerne à revisão das participações na Rede de Cuidados Continuados.

Talvez uma certa turbulência do início do ano escolar também está a adiar uma revisão das participações no Pré-escolar.

Entretanto, a taxa de inflação do ano corrente está nos 9%, sendo que a média final não ficará, seguramente, abaixo dos 7%.

Recorda-se, entretanto, que o aumento dos custos não escusa o cumprimento do acordado no Pacto de Cooperação para a Solidariedade, assinado em 23 de dezembro último, em que se aponta para uma progressiva participação pública equitativa.

Não há hoje dúvidas de que o ano de 2023 terá um agravamento da situação económica e social, sendo fundamental, nas vésperas do início do processo do próximo Orçamento de Estado, ser dado início à preparação e ao debate sobre o eventual novo Compromisso de Cooperação 2023-2024.



DIREÇÃO DA CNIS REUNIU COM FEDERAÇÕES ASSOCIADAS

Encontro muito importante para a ação da Confederação



A fechar o ciclo de encontros com as associadas intermédias, a Direção da CNIS reuniu, em Coimbra, com as Federações, depois de já ter tido encontros de trabalho com as Uniões Distritais de todo o país.

Alguns elementos dos órgãos sociais da Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, FAPPC - Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral e Solicitudade - Federação dos Centros Sociais e Paroquiais e Outras Entidades Canónicas de Ação Sócio-Caritativa, Formação, Ensino e Saúde reuniram, nas instalações da APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, com a cúpula da Direção da CNIS (padre Lino Maia, Eleutério Alves e padre José Baptista), que se fez acompanhar da assessora Filomena Bordalo.

Foram muitas e variadas as preocupações expressas pelas Federações, em nome das suas associadas. As da Solicitudade incidiram mais sobre a questão da Gratuitidade da Creche, ao passo que tanto a Humanitas, como a FAPPC centraram mais as suas preocupações com o momento atual em que os custos estão em crescendo e a situação de muitas das respostas sociais que as suas IPSS associadas desenvolvem na área da deficiência.

Logo na abertura, o padre Lino Maia sublinhou que o encontro servia, essencialmente, para “partilhar experiências e preocupações e ainda descobrir caminhos para avançar”.

Por seu turno, Eleutério Alves, que moderou o encontro, lembrou que aquele era “um



espaço e um tempo para conversar, porque habitualmente os encontros são entre a CNIS e os presidentes das associadas intermédias, e aqui temos oportunidade de ouvir mais gente”.

Rui Coimbras, presidente da FAPPC, começou por dizer que “estas reuniões devem acontecer mais vezes, elencando, de seguida, um conjunto de preocupações e para as quais solicitam a melhor atenção por parte

da CNIS.

Nesse sentido, a FAPPC propôs que “a Direção da CNIS pondere dialogar com o Governo nas seguintes áreas, que achamos muito importantes: aumento, no mínimo igual ao valor da inflação, nos acordos de cooperação para 2023; implementação de um combustível social (tipo gasóleo verde); devolução do IVA a 100% nas obras de construção, beneficiação e adaptação; isenção de

impostos na aquisição de viaturas; redução de valores da TSU;

redução, ou isenção, do IVA na luz, água e gás; necessidade de apoio na contratação de pessoal; nas creches deve ser contemplada a frequência de crianças com deficiência; a Segurança Social deve ser mais célere a responder às questões apresentadas; revisão dos quadros de pessoal e respetiva dotação mensal financeira, considerando o grau de dependência/funcionalidade dos utentes (rácios por utentes); entre outras.

Por seu turno, Helena Albuquerque começou por se referir aos CRI – Centros de Recursos para a Inclusão, relevando as questões “não só de financiamento, mas também uma certa falta de consideração da parte do Governo pelas Federações da área da deficiência”, deixando um lamento: “À Comissão de Acompanhamento dos CRI só somos chamados para aprovar os financiamentos que não mudam há oito anos”.

A líder da Humanitas referiu-se ainda aos problemas em torno do CACI ou da nova legislação para as novas Residências para a Autonomia e Inclusão, lembrando ainda que “há uma enorme carência de lares residenciais para pessoas com deficiência”, algo que podia ser contornado “se não houver as exigências arquitetónicas que fazem”, e que “a velhice é uma coisa nova nas instituições da área da deficiência”.

Helena Albuquerque pediu ainda que “a CNIS apoiasse a passagem dos CAVI (Centro de Apoio à Vida Independente) de projeto-piloto a resposta social e na criação da carreira de Assistente Pessoal”.

A presidente da Humanitas relevou ainda a sua preocupação com a Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com a grande dificuldade em contratar pessoal especializado, em especial terapeutas de todas as áreas, bem como a questão do “achatamento das tabelas salariais”, que têm impedido que muitos técnicos não queiram ir trabalhar para as IPSS.

Rui Coimbras, por seu turno, lembrou que “o impacto das IPSS na vida de um grande número de portugueses, sobretudo das pessoas com deficiência, é enorme, estando em risco a subsistência, de pessoas e instituições, se nada for feito, tanto do ponto de vista financeiro como dos recursos humanos”, pugnando que “é necessário discriminar positivamente as IPSS”.

“Em nome de padrões de qualidade, que importa manter e até aprofundar, nos mais recentes meses os encargos com o funcionamento corrente das instituições e a introdução de novos fatores com influência direta nos custos de atividades não pararam de aumentar”, referiu, acrescentando: “O aumento do Salário Mínimo Nacional, justo, quanto a nós, não tem sido refletido nas participações do Estado. As dificuldades económicas dos utentes, resultantes da pandemia e de outros fatores, assim como a baixa participação do Estado nos acordos de cooperação, conduzem as pequenas e médias instituições a graves dificuldades financeiras. Não param de aumentar os custos para as IPSS, designadamente na formação de



pessoal, medicina no trabalho, higiene e segurança no trabalho, condições energéticas, vistoria de viaturas, elevadores e deteção de incêndios, entre outros”.

José Parente, presidente da Federação Solicitudade, a mais recente a integrar a CNIS, colocou a ênfase das suas preocupações na questão da gratuitidade da creche, tendo já antes o seu «vice», Antero Marques questionado: “Porquê esta medida da gratuitidade da creche? Qual é o nosso papel neste processo? E como vai ser com o jardim-de-infância?”.

“Até onde vai a bondade da medida?”, questionou José Parente, adiantando que “o Governo prometeu creche gratuita para creches que não tem” e “esta medida acarreta outros custos”.

Sobre esta matéria, a assessora Filomena Bordalo lembrou que “esta modalidade apanhou a CNIS de surpresa” e que “é uma experiência para todos”.

“O que propusemos e não foi aceite era o acompanhamento e avaliação com a participação da CNIS”, revelou, relatando o que foi decidido pela Confederação: “Em março, a CNIS vai fazer uma avaliação própria junto das associadas que têm a resposta de creche”.

Já o padre Lino Maia sublinhou que “toda a capacidade deve ser disponibilizada para a gratuitidade da creche” e, para tal, “vai haver um programa, até ao Natal, para readaptar outros espaços para creche”.

Quanto às críticas à medida, deixadas pela Solicitudade, o presidente da CNIS afirma que “esta medida é boa” e “surge num contexto de grande pressão para que houvesse creche pública, mas o Governo quis fazê-la com o Sector Social Solidário”.

De seguida, em defesa da medida implementada pelo Governo, o líder da CNIS elencou os “quatro grandes critérios” que fazem da gratuitidade da creche uma boa medida: “A promoção da natalidade; o contexto socioeconómico; a luta contra a pobreza; e a conciliação da vida pessoal e familiar com a profissional”.

Depois, o padre Lino Maia revelou que,



quando enumerou estes critérios à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho referiu-se a eles como “a bíblia da gratuitidade da creche”.

Ainda a propósito da creche gratuita, Rui Coimbras alertou para o facto de que “há custos acrescidos quando há crianças com necessidades especiais”, ao que Filomena Bordalo lembrou que “há uma majoração para integrar as crianças com necessidades especiais”.

Sobre as questões colocadas pela Humanitas, a assessora da CNIS sublinhou que “as instituições não podem trabalhar o CACI com o financiamento do CAO”, mas a CNIS “não tem respostas do Governo”. Já sobre a questão do CAVI e do MAVI “está presa no Instituto Nacional de Reabilitação”.

No final, o padre Lino Maia rotulou o encontro de “muito importante, pelas abordagens diferentes que houve e isso é muito útil para a ação da CNIS”.

E mesmo para fechar, deixou algumas ideias sobre o que o futuro pode trazer relativamente ao grande aumento de custos com que as instituições se têm debatido.

“Quero dizer que todas as medidas aprovadas, em função do aumento da inflação, para as empresas estendem-se às IPSS. Por outro lado, há um certo consenso para que o IVA para as IPSS seja igual ao das autarquias, ou seja, 6%, mas o problema é a sua concretização”, lamentou o presidente da CNIS.

7ª SEMANA SOCIAL DA UDIPSS BRAGA

O que seria de Portugal e das nossas comunidades sem as IPSS?

Vai já na 7ª edição a Semana Social, iniciativa organizada pela UDIPSS Braga, que este ano decorreu na capital de distrito e integrou a ainda a celebração do 20º aniversário da União Distrital.

Entre conferências e colóquios e outros momentos mais formais, no dia 28 de setembro, no Santuário do Bom Jesus, em Braga, realizou-se a grande festa-convívio, que, diga-se, sempre acontece no evento e que tanto é do agrado não só dos utentes das instituições do distrito, mas também dos trabalhadores e dirigentes.

Em tempo de discursos, o presidente da CNIS, padre Lino Maia, considerou o evento como “muito importante”, destacando a Confraria do Bom Jesus do Monte pelo excelente trabalho que fez para que o evento tivesse as melhores condições possíveis. Recorde-se que, inesperadamente, o dia foi bastante chuvoso.

“Este evento é muito importante, pois junta utentes de diversas instituições e ajuda as pessoas a perceberem como é importante haver pessoas que pensem e tentem responder aos problemas dos mais carenciados. Este local é muito simbólico e tem muitas condições. Acredito que, para a confraria do Bom Jesus, é um destaque notável. Esta iniciativa é, de facto, muito importante para este local e para esta confraria, que fez um trabalho notável para estas celebrações decorrerem nas melhores condições”, sustentou o padre Lino Maia.

Por seu turno, Carla Sepúlveda, vereadora da Câmara de Braga com o pelouro da Coesão Social, felicitou a UDIPSS pela iniciativa cujo enorme sucesso que tem tido ao longo dos últimos anos é evidente.

“O convívio intergeracional é um dos pontos altos desta Semana Social. A organização é exemplo da força que o Sector Social tem em Braga. Foram três dias de encontro, partilha e compromisso entre várias entidades e instituições em prol da esfera social”, afirmou Carla Sepúlveda.

A vereadora referiu-se ainda aos desafios que se colocam à área social, frisando que, “só com parcerias positivas, será possível ultrapassar todos os desafios e responder com as melhores soluções”, que acrescentou: “Para o Município de Braga é uma honra poder acolher a 7.ª edição da Semana Social e receber um evento que agrega público de todo o distrito. Braga é uma cidade que gosta e sabe acolher. Para nós, só assim faz sentido”.

Já D. José Cordeiro, arcebispo primaz de Braga, realçou o muito importante trabalho das IPSS junto das comunidades em todo o país e que a Igreja Católica se revê no espírito solidário das instituições sociais.

“É a primeira vez que o Santuário do Bom



Jesus do Monte acolhe estas celebrações. É muito significativo pelo lugar que é, pelo encanto que traz e pelo património da humanidade que é. Mas também devemos ter em conta que estas instituições inserem-se no mesmo espírito deste património humano, cultural e social. São cerca de 400 instituições que estão associadas a este evento. Destas, 220 são canónicas, estando a cargo da Igreja Católica. É neste espírito de solidariedade que a igreja se encontra hoje em dia”, sustentou D. José Cordeiro, acrescentando não ter “qualquer dúvida que estas instituições fazem um trabalho cada vez mais importante”.

Por fim, o arcebispo deixou uma questão no ar: “O que seria de Portugal e das nossas comunidades sem as IPSS?”.

A Festa/Convívio realizada no santuário do Bom Jesus encerrou os três dias da Semana Social 2022 foi, uma vez mais, a cereja em cima do bolo da iniciativa, que este ano ainda tinha o extra do 20º aniversário da UDIPSS Braga.

Apesar da chuva que surgiu e fez parar a festa por algum tempo, ninguém arredou pé.

No espaço do Santuário juntaram-se as várias instituições do distrito no parque de Merendas do Bom Jesus, onde estiveram cerca de mil pessoas, entre utentes (idosos e crianças), trabalhadores e dirigentes e que contou com a animação do Grupo dos Zés Pereiras, do Centro Novais e Sousa.

Para além do Grupo de Zés Pereiras, houve ainda atuações do Grupo Folclórico «Ser



Igual», da Valoriza, do Grupo de Dança do Novais «Os Sobreviventes» ou ainda de jovens músicos alunos do Conservatório Bomfim.

Para além da música e dança, houve ainda oficinas com o apoio da Quinta Pedagógica do Município de Braga, com atividades intergeracionais e ainda diversas atividades desenvolvidas pelos Serviços do Município de Braga e da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.

Entre as centenas de pessoas presentes, que ali conviveram e piquenicaram, nota para a presença do Arcebispo Primaz, D. José Cordeiro, do presidente da CNIS, padre Lino Maia, do presidente da UDIPSS Braga, Cônego Roberto Rosmaninho Mariz, e da vereadora da Educação, Inovação e Coesão Social, Carla Sepúlveda, para além de muitos outros membros dos órgãos sociais da União Distrital bracarense.

O evento contou com uma eucaristia presidida por D. José Cordeiro e com a animação



litúrgica do Grupo Coral do Vale do Homem.

D. José Cordeiro salientou que “o bem dá sempre muito que fazer” e saudou “todas as pessoas que de uma maneira inteira, de coração, se dedicam a estas causas e a estas casas”.

Depois dirigiu-se a “todos aqueles que pertencem aos órgãos sociais, os voluntários que participam nas atividades e os colaboradores que por profissão, mas, sobretudo, por dedicação, dão o seu melhor a servir os que mais precisam”.

E se a Festa/Convívio é o ponto alto da Semana Social da UDIPSS Braga, uma conferência e um colóquio sobre temas de grande importância para as IPSS preencheram o programa de três dias.

Assim, a Semana Social 2022 arrancou no dia 27 de setembro, no Auditório Prof. Manuel Isidro Alves, da Universidade Católica de Braga, com a sessão de abertura em que estiveram presentes o Cônego Roberto Mariz e a vereadora Carla Sepúlveda.

«Perspetivas de investimento para o Setor Social – PPR e Portugal 2030» foi a temática do colóquio que se seguiu e que teve como moderador Jorge Pereira, presidente Centro Social Vale do Homem e como oradores Paula Santos, responsável pelo secretariado técnico de Emprego, Qualificação e Inclusão Social do Norte 2020- CCDR-N, Rafael Amorim, primeiro secretário da CIM Cávado, e a Marta Coutada, primeira secretária da CIM Ave.

Já no dia 29, deu-se o encerramento da 7ª Semana Social e ainda das comemorações dos 20 anos da UDIPSS Braga.

João Ferreira, diretor do Centro Distrital de Braga da Segurança Social, foi o convidado especial da sessão final, cujo encerramento aconteceu com o colóquio em que foi debatido o tema «Da atribuição de responsabilidades parentais ao maior acompanhado».

Sob a moderação de José Vieira de Castro, tesoureiro da UDIPSS Braga, foram oradores Conceição Sampaio, Juíza Desembargadora, Carlos Branco, presidente da Comissão de Proteção ao Idoso/Norte, e Engrácia Martins, presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga.

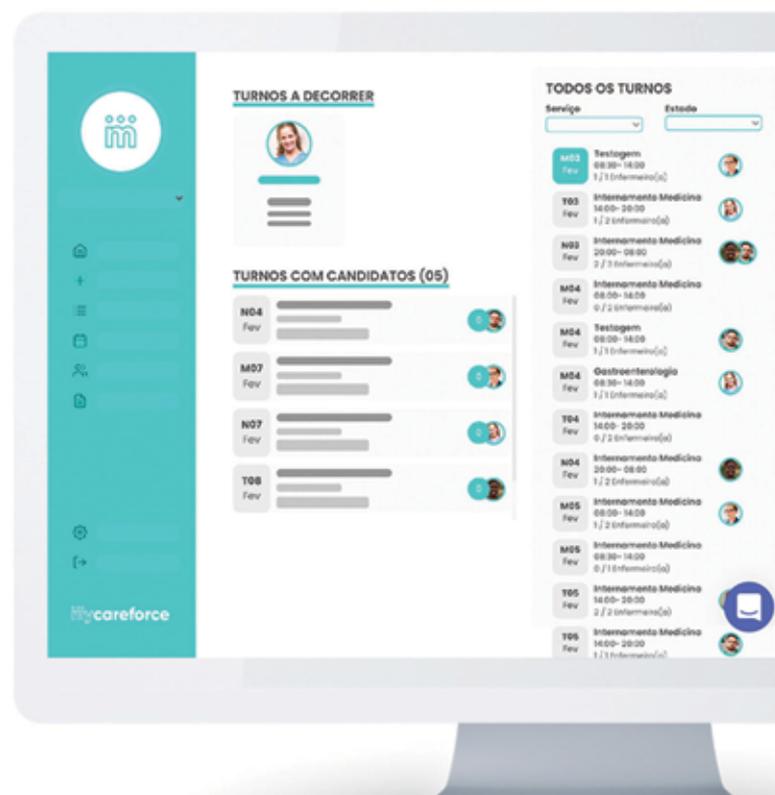
A plataforma portuguesa de contratação de enfermeiros e gestão de turnos, part-time e full-time em instituições de saúde.

MyCareforce é a plataforma digital onde qualquer instituição de saúde se pode inscrever para **publicar turnos por preencher e contratar enfermeiros** disponíveis e qualificados.

Em apenas ano e meio é sentido o seu impacto na sociedade com mais de 60 000 horas de enfermagem preenchidas, mais de 118 instituições de saúde, mais de 8 600 enfermeiros registados e 86% taxa de preenchimento.

Com apoio personalizado, **é a solução que resolve a falta de enfermeiros**, com rácios enfermeiro por utente saudáveis e cuidados de saúde de qualidade.

É a plataforma tudo-em-um de **gestão de contratação de profissionais, incluindo a gestão da faturação e pagamentos.** A ferramenta ideal diária de apoio para gestores de instituições de saúde.



CENTRO SOCIAL DE SÃO PEDRO DA TORRE, VALENÇA

Sete anos depois, novo equipamento para 80 idosos vai finalmente poder ser terminado

Depois de sete anos em que só foi possível erguer as paredes do que seria o novo equipamento social, com capacidade para 80 idosos, o Centro Social de São Pedro da Torre, em Valença, conseguiu, finalmente, garantir um financiamento de 700 mil euros para concluir a sua construção. A obra foi iniciada em 2015, mas parou por falta de verbas.

Com a conclusão da obra, a instituição de São Pedro da Torre cria 20 novas vagas residenciais, outras 30 no Serviço de Apoio Domiciliário e ainda 30 para o Centro de Dia, que alargam assim a atual capacidade de resposta que é de 30 utentes no âmbito do Centro de Convívio de São Pedro.

“Acabar esta obra, que se arrasta há sete anos, era prioritário, assim como é urgente o reforço da resposta social aos nossos seniores mais fragilizados”, defendeu José Manuel Carpinteira, presidente da Câmara Municipal de Valença, numa nota enviada às redações.

Agora, o Centro Social de São Pedro da Torre, através da assinatura de um contrato de investimento, no valor de 575 mil euros,



resultante da aprovação da candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), vai poder concluir o projetado complexo social, para dar resposta a mais 80 idosos do concelho de Valença.

Em causa está um contrato de investimento, de 575 mil euros, assegurado pelo Instituto da Segurança Social (ISS) e ainda com uma participação financeira, de cerca de 125 mil euros, da autarquia de Valença.

A construção do equipamento, orçado em cerca de 1,2 milhões de euros, foi iniciada há sete anos, mas a instituição, “por falta de verbas, apenas conseguiu levantar as paredes do edifício”.

No entanto, com a aprovação da candidatura ao PRR, a instituição vai agora poder cumprir o que começou em 2015, podendo deixar as antigas instalações da Junta de Freguesia de São Pedro da Torre, onde atualmente funciona o Centro de Convívio de São Pedro, que apoia 30 utentes. Com a conclusão do novo equipamento social, esta resposta será também integrada no novo espaço.

O ato de assinatura do contrato contou com a presença de Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Valença, José Manuel Carpinteira e Ana Paula Xavier, respetivamente, da presidente do Centro Social e Cultural de São Pedro da Torre, Natália Nascimento, e ainda do presidente da Junta de Freguesia de São Pedro da Torre, Cristóvão Pereira.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, VILA NOVA DE FAMALICÃO

Concurso de fotografia «Um olhar sobre o Mundo» para assinalar o Dia Internacional de Erradicação da Pobreza

O Gabinete Social das Lameiras está a promover o concurso de fotografia «Um Olhar sobre o Mundo», de forma a assinalar o Dia Internacional da Erradicação da Pobreza.

O concurso é aberto à participação da comunidade em geral, a todos os utilizadores dos serviços, colaboradores, parceiros e prestadores de serviços da Associação de Moradores das Lameiras (AML), que desafia pessoas de todas

as idades a participarem.

O concurso tem como principal objetivo sensibilizar a comunidade para questões que implicam a pobreza e exclusão social, promovendo o envolvimento em torno de uma iniciativa que apela à compreensão dos fenómenos provocados pela pobreza e exclusão social, tal como violações dos direitos humanos. Esta é a forma que a AML encontrou para assinalar a

data com um elemento simbólico. Os interessados em participar no concurso podem recolher as informações necessárias no site da Internet da Associação de Moradores das Lameiras ou dirigir-se ao Centro Social da instituição.

A data limite de inscrição é o próximo dia 10 de outubro, a entrega dos trabalhos a concurso deverá ser feita entre os dias 11 e 14 de outubro.

MAPADI – MOVIMENTO DE APOIO DE PAIS E AMIGOS AO DIMINUÍDO INTELECTUAL, PÓVOA DE VARZIM

Instituição lamenta falecimento do fundador e seu primeiro presidente Aparício Quintas

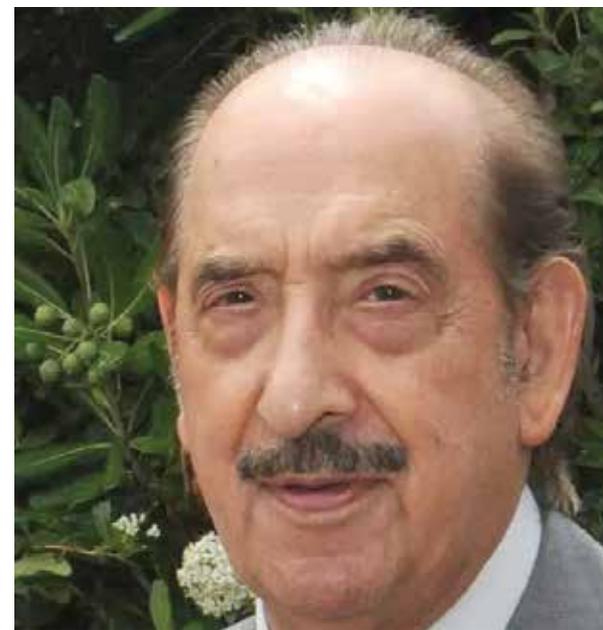
A solidariedade social está mais pobre na Póvoa de Varzim após o falecimento de Aparício Quintas, fundador do MAPADI – Movimento de Apoio de Pais e Amigos ao Diminuído Intelectual, no passado dia 6 de setembro, aos 96 anos.

Natural da Póvoa de Varzim, Aparício Quintas foi o primeiro presidente do MAPADI, cargo que exerceu durante 30 anos, tendo sido distinguido ainda como Sócio Honorário.

Foi o grande motor no processo de fundação do movimento, tendo durante cerca de quatro décadas, servido a instituição, 30 anos dos quais presidente da Direção da instituição.

António Ramalho, atual presidente do MAPADI, emitiu uma nota de pesar em nome

dos órgãos sociais: “Ao serem confrontados com o passamento, em 6 do corrente, do Exmo. Senhor Aparício Alves de Aguiar Quintas, que durante quase quatro décadas serviu, de forma exemplarmente dedicada, o Movimento Apoio de Pais e Amigos ao Diminuído Intelectual (MAPADI), queremos os órgãos sociais da instituição salientar o contributo decisivo do saudoso extinto para a constituição, instalação e consolidação desta entidade, que sob a sua orientação se distinguiu como uma referência nacional e internacional no apoio à formação e à inclusão do cidadão diminuído intelectual. À família e aos amigos de Aparício Quintas, apresentamos a expressão do nosso mais sentido pesar”.



LISTA INSTITUCIONAL APROVADA POR UNANIMIDADE

Lino Maia candidato a novo mandato na CNIS



Lino Maia vai ser o cabeça de uma lista institucional que se apresenta às próximas eleições da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

A proposta apresentada em sede de Direção e no Conselho Geral mereceu o apoio unânime.

O padre Lino Maia tinha manifestado em diversas ocasiões a intenção de não se candidatar a mais nenhum mandato. No entanto, confrontado com o conjunto de solicitações que surgiram de todos os quadrantes da sociedade em que a CNIS tem intervenção, acabou por aceitar referindo não ser a sua vontade, mas “se tanta gente considera que ainda há utilidade na minha disponibilidade para a causa social eu tenho que estar disponível.” O padre Lino Maia é presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade desde 2006. Já é o líder que mais tempo leva à frente da CNIS. O pároco

de Aldoar, Porto, tem tido um papel relevante no relacionamento do sector social com o poder político, seja ele qual for, sobretudo pela capacidade de enaltecer e dignificar junto do Estado a importância do Sector Social Solidário. Tem conseguido grandes conquistas, liderando, de forma quase imperceptível, esse grupo da Economia Social nas negociações com os diferentes governos. Foi o caso recente da revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade, trave-mestra da solidariedade organizada em Portugal.

As eleições para os órgãos sociais da Confederação vão realizar-se na primeira quinzena de janeiro de 2023, muito provavelmente no dia 15, dia da CNIS. Durante o período de um mês, depois da realização da Assembleia Geral, haverá um período eleitoral, altura em que serão apresentadas oficialmente as listas candidatas e os programas de candidatura.

COVID-19: FIM DO ESTADO DE ALERTA

Máscaras obrigatórias nos lares de idosos

As pessoas infetadas com covid-19 vão deixar de cumprir isolamento e as máscaras mantêm-se obrigatórias em unidades de saúde e lares com o fim do estado de alerta em Portugal Continental devido à pandemia, anunciou o Governo.

Em comunicado, o Ministério da Saúde refere também que “cessa o mecanismo de atribuição de incapacidade temporária para o trabalho por covid-19 e o subsídio associado, que deixarão de ter um regime especial, passando a beneficiar do regime das outras situações de doença”.

De acordo com o ministério, os testes deixam também de ser prescritos pelo SNS24 e passam a ser participados mediante prescrição médica.

“Em caso de agravamento ou persistência de sintomas [da covid-19], deve procurar aconselhamento médico, sendo a porta de entrada no SNS o Centro de Saúde/Unidade de

Saúde Familiar ou SNS24. Em caso de emergência, contactar o 112”, lê-se no comunicado.

O ministério lembra que, quando prescrito numa unidade de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o teste à covid-19 é participado a 100%.

No entanto, o Governo mantém a obrigação do “uso de máscara nos estabelecimentos e serviços de saúde e nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI)”. Ainda são recomendadas medidas de controlo de infeção nas unidades de saúde e ERPI e manter a higienização frequente das mãos, etiqueta respiratória e distanciamento adequado quando sintomáticos.

A situação de alerta chegou ao fim. O nível mais baixo de resposta a situações de catástrofes da Lei de Bases da Proteção Civil, estava em vigor ininterruptamente desde fevereiro, depois de Portugal ter passado, desde março de 2020, por situações de calamidade,

catástrofe e estado de emergência. A situação de alerta devido à covid-19 foi decretada pela primeira vez a 13 de março de 2020.

A mortalidade e as hospitalizações por covid-19 continuam em níveis estáveis em Portugal, mas o país regista uma tendência crescente de novos casos de infeção, indica o recente relatório sobre a evolução da pandemia. “O número de internamentos por covid-19 e a mortalidade específica apresentam uma estabilização” a nível nacional, refere o documento da Direção-Geral da Saúde (DGS) e do Instituto Ricardo Jorge (INSA).

De acordo com os dados dessas entidades, o número de novas infeções por SARS-CoV-2 por 100 mil habitantes, no início de setembro, foi de 191 casos e com tendência crescente, e o índice de transmissibilidade (Rt) do coronavírus está com um valor superior a 1 em todas as regiões do país.

PLANO DE AÇÃO DA GARANTIA PARA A INFÂNCIA 2022/2030

Pré-escolar com prolongamento de horário e refeições gratuitas

O plano de Ação da Garantia para a Infância 2022/2030 é o instrumento da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza para lutar contra a exclusão social das crianças e jovens, garantindo acesso ao acolhimento na primeira infância, educação de qualidade, cuidados de saúde, alimentação saudável e habitação digna.

O documento foi agora revelado. Tem 81 medidas de combate à exclusão social. Uma delas prevê para a educação pré-escolar, o

prolongamento do horário para além das atuais cinco horas e o almoço gratuito para todas as crianças. 250 mil crianças dos 3 aos 6 anos estavam inscritas no pré-escolar em 2021.

Estas medidas enquadram-se noutras que já estão em curso como por exemplo a gratuitidade progressiva das creches e a prestação social a crianças e jovens em situação de pobreza.

No plano há ainda medidas que alteram o regime de parentalidade permitindo aos pais recorrer ao trabalho a tempo parcial para

prolongar a licença de 120 dias.

A implementação deste plano prevê a criação de núcleos locais em coordenação com as autarquias de maneira a fazer um acompanhamento mais eficaz das famílias em situação de pobreza e dos 150 mil jovens e crianças com menos de 18 anos que recebem a nova prestação social de complemento ao abono.

O objetivo maior é conseguir até 2030 fazer com que 170 mil crianças deixem de estar em condição de pobreza.

VIEIRA DA SILVA, EX-MINISTRO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

“É mais sensato suspender a lei da atualização de pensões do que alterá-la”

O antigo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, António Vieira da Silva, considera que “é mais sensato” em tempos de crise e conjunturas específicas suspender a lei da atualização das pensões do que alterá-la.

“Julgo que é mais sensato, é apenas a minha opinião, em momentos de crise específicos, de conjuntura particulares, suspender [a lei da atualização das pensões] e tomar as medidas adequadas”, disse Vieira da Silva, em entrevista à Antena1 e ao Jornal de Negócios.

Suspender a lei não significa congelar aumentos das pensões, mas sim não aplicar determinados fatores previstos na fórmula de cálculo, como a inflação e o crescimento económico, explicou o ex-governante socialista.

Vieira da Silva defendeu ainda que a imprevisibilidade da atual conjuntura não permite

exigir ao Governo que antecipe desde já o que vai acontecer daqui a um ano.

Relativamente ao acordo de rendimentos e competitividade que está a ser discutido com os parceiros sociais, o ex-ministro defendeu que “seria extremamente positivo” para o país que houvesse um consenso, mas reconheceu que obter um entendimento em relação a valores “é difícil”.

O antigo ministro recusa ainda uma redução generalizada do IRC e defende que a mesma aconteça apenas para as empresas com investimentos significativos.

“Os melhores exemplos que nós tivemos de usar a dimensão fiscal para dinamizar a economia portuguesa não foram descidas generalizadas, mas foram isenções ou reduções orientadas para investimentos”, afirmou Vieira da Silva.

“O grande retalho precisa de uma descida



de IRC? Está numa situação em que isso conte para a sua produtividade? Tenho dúvidas”, afirmou o ex-governante.

innovatiOntrail

ESTAMOS A PERCORRER O PAÍS



INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | DESMATERIALIZAÇÃO | SEGURANÇA

+de 500
inscrições

+de 30
oradores de
referência

97,6%

dos presentes
recomendam
os eventos
INNOVATIONTRAIL
F3M

96%

dos presentes
consideram
muito
pertinentes os
temas abordados

www.f3m.pt



F3M

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

ESPECÍFICAS PARA O SETOR
SOCIAL E UNIDADES DE SAÚDE



INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.

XV FESTA DA SOLIDARIEDADE – VIANA DO CASTELO 2022

IPSS e autarquias juntas para que “todos sejam mais felizes”

Levar o espírito solidário e voluntário das IPSS, simbolicamente representado pela CNIS na Festa e Chama da Solidariedade, ao distrito de Viana do Castelo conduziu a tocha solidária pelos 10 concelhos que formam o distrito, onde foi recebida com grande entusiasmo pelas instituições locais e também por todas os municípios. A inevitabilidade de uma relação forte entre IPSS e autarquias, em tempos de transferências de competências do Governo para as Câmaras Municipais, mas sobretudo as excelentes relações que existem entre as duas partes foi a tônica das intervenções da CNIS e das autarquias na dezena de iniciativas promovidas nos 10 concelhos, no âmbito da Chama da Solidariedade. Já na XV Festa da Solidariedade, no Jardim da Marginal, em Viana do Castelo, o presidente da CNIS, depois de lembrar que “o nosso lugar é junto dos que mais precisam”, defendeu que “é aí que devemos continuar, para que não fique ninguém para trás e todos sejam mais felizes.”

Ao longo de quatro dias o espírito solidário que faz viver as IPSS visitou o Alto Minho e a Chama da Solidariedade levou a sua luz e o seu calor a todos os concelhos do distrito de Viana do Castelo.

Foram quatro dias de muita animação, música e alegria, com a participação de centenas de idosos, crianças e pessoas com deficiência, os grandes alvos da ação das IPSS portuguesas.

De 20 a 24 de setembro, pelos 10 concelhos vianenses a Chama da Solidariedade uniu ainda IPSS e autarquias, afinal as duas entidades de maior proximidade às populações no que toca à ação social.

A cereja em cima do bolo foi a XV Festa da Solidariedade, que decorreu em Viana do Castelo, capital do distrito alto minhoto.

Pelo palco instalado no Jardim da Marginal passaram diversos grupos provenientes de várias IPSS, cantando, dançando e animando as hostes, casos do Grupo de Concertinas «Amigos da Borga», do Grupo Coral «Sol Poente», da Associação de Reformados e Pensionistas de Viana do Castelo (ARPVC), grupos de cantares e de dança da Santa Casa da Misericórdia de Bragança e grupos folclóricos e ainda o grande convidado do evento, o cantor minhoto Augusto Canário.

Com a chegada da Chama da Solidariedade ao Jardim da Marginal, escoltada pelo grupo de bombos da APPACDM Viana do Castelo, pôlo Ponte da Barca, estava oficialmente aberta a XV Festa da Solidariedade.

O presidente da CNIS, padre Lino Maia, e a secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, acenderam a tocha solidária, perante o aplauso de utentes, trabalhadores, dirigentes e autarcas.

Seguiu-se o momento mais institucional do evento, organizado pela CNIS, em parceria com a UDIPSS Viana do Castelo, com o padre Lino Maia a deixar elogios à governante, pelo conhecimento, reconhecimento e empenho que tem demonstrado ao Sector Social Solidário e agradeceu “a todos



os autarcas presentes, porque foram inexecedíveis, desdobrando-se em simpatia e colaboração com a Chama da Solidariedade”.

Sublinhando o empenho de todos “ao serviço das



pessoas”, o padre Lino Maia dirigiu uma palavra às IPSS, na pessoa dos seus dirigentes, trabalhadores e utentes: “Não há nada mais bonito do que esta vontade e esta capacidade de, com gratuidade,



servir voluntariamente os outros, em especial os mais necessitados”.

“O Estado faz o que pode, pois também não tem uma árvore das patacas e, ainda assim, devemos pedir sempre mais, mas não podemos desistir perante as dificuldades, porque o nosso lugar é junto dos que mais precisam. E é aí que devemos continuar, para que não fique ninguém para trás e todos sejam mais felizes”, destacou o presidente da CNIS.

Por seu turno, secretária de Estado, depois de agradecer a “mobilização das pessoas no distrito em torno deste espírito de apoio às pessoas que mais precisam que a Chama da Solidariedade representa”, releveu três ideias: “Agradecimento, que é devido a todos os representantes e colaboradores das instituições, em especial pelo seu trabalho e empenho durante a pandemia; Parceria, pois o Estado pode procurar desenvolver as melhores políticas públicas, mas, como não está no terreno, se não tiver a capacidade de ouvir quem está mais próximo das pessoas e dos seus problemas, será muito difícil e, por isso, estamos a tentar fazer isso com



os municípios e com a cooperação alargada com o Sector Social Solidário; e estímulo e confiança no futuro”.

Já o edil de Viana do Castelo, Luís Nobre, destacou o trabalho desenvolvido pelas IPSS ao longo de todo o ano, sublinhando três ideias: “Solidariedade, Inclusão e Obrigado às instituições que ajudam a garantir o bem-estar diário dos vianenses”.



TOCHA SOLIDÁRIA

A Festa da Solidariedade, juntamente com a tocha solidária, levou o espírito voluntário de servir o outro até ao distrito de Viana do Castelo, em mais uma iniciativa coroada de sucesso, a avaliar pelos sorrisos de todos quantos foram tocados por ele.

E esses foram não só os que marcaram presença no Jardim da Marginal, mas também por todos aqueles que participaram nas diversas iniciativas realizadas nos diferentes concelhos do distrito de Viana do Castelo.

Com passagem marcada por todos os concelhos do distrito, o facho solidário foi aceso em Arcos de Valdevez, numa cerimónia, no Parque de Exposições, em que marcaram presença todas as IPSS do concelho, facto notado pelo presidente da CNIS, no momento dos agradecimentos e elogios aos utentes, trabalhadores e dirigentes presentes.

João Esteves, presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, mostrou-se entusiástico com





o momento, agradeceu à CNIS, à UDIPSS e às instituições a mobilização e o trabalho que têm desenvolvido, reafirmando a disponibilidade da autarquia para “continuar a ajudar”.

A Chama seguiu para Ponte da Barca, onde foi recebida junto aos Paços do Concelho por um grupo de bombos da APPACDM local.

Após o almoço, em Ponte de Lima, diversas instituições locais reuniram-se no auditório Rio Lima para acolher a Chama da Solidariedade e assistir a dois momentos musicais que entusiasmaram a plateia.

A segunda etapa da Chama da Solidariedade 2022 pelo Alto Minho prosseguiu pelos concelhos mais a norte do distrito de Viana do Castelo e nos quais está delimitada a fronteira com Espanha.

Foi em Melgaço que a tocha solidária retomou a viagem.

Em representação da CNIS esteve, ao longo de todo o evento, Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, sempre acompanhado por Filomena Araújo, presidente da UDIPSS Viana do Castelo.

Em Melgaço, junto à Câmara Municipal, a Chama da Solidariedade foi recebida por dezenas de crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência, populações que as IPSS servem e ajudam a crescer e a envelhecer da melhor forma possível.

Depois dos discursos, a cargo de Filomena Araújo e de Diva Amaral, chefe de gabinete do presidente da autarquia, foi tempo de dançar, cantar e conviver, naquilo que foi uma manhã muito diferente do habitual para aquelas várias dezenas de utentes de algumas das instituições do concelho.

Dali, o facho da solidariedade seguiu para Monção, onde no Parque das Caldas, um parque idílico à beira-rio, dezenas de idosos e jovens portadores de deficiência, o acolheram calorosamente, antes de presenciarem a atuação musical a cargo da Universidade Sénior local e que terminou com um belo repasto em jeito de piquenique.

António Barbosa, edil de Monção, sublinhou a importância das IPSS, em especial dos seus trabalhadores e dirigentes, nos cuidados que prestam às populações mais vulneráveis, muitos deles que ali estavam a ouvi-lo.

Por seu turno, Eleutério Alves lembrou que a solidariedade e o voluntariado que move as instituições

são dois sentimentos dos mais importantes que o ser humano pode sentir.

Já depois do almoço, a Chama da Solidariedade rumou a Valença, mais uma vez, recebida por diversas instituições sociais do concelho e ainda pela autarquia, na pessoa da vereadora Ana Paula Xavier, que detém, entre outros, o pelouro da Coesão Social e Habitação.

Também ali houve animação musical, que alegrou um pouco mais a diferente tarde que os utentes que ali se deslocaram viveram.

Na terceira etapa pelo distrito de Viana do Castelo, a Chama da Solidariedade visitou mais três concelhos do Alto Minho.

Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura e Caminha foram as localidades visitadas e onde muitos utentes, trabalhadores e dirigentes acolheram calorosamente a tocha solidária.

O terceiro dia da Chama pelo Alto Minho começou na Vila das Artes, com um cortejo composto por dezenas de crianças e alguns idosos, que, após um pequeno périplo pela localidade, terminou no jardim do auditório onde muitos idosos já esperavam pelo facho solidário.

Após os discursos oficiais, foi tempo de música e muita animação, que se prolongou até à hora de almoço.

Dali, a Chama da Solidariedade seguiu para Paredes de Coura, levando o espírito solidário das IPSS até ao Park Splash, onde muitos idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência esperavam.

O vice-presidente da CNIS, Eleutério Alves, sublinhou a importância de “autarquias e IPSS darem as mãos” para melhor servirem as populações, enquanto, pela Câmara Municipal, o vice-presidente Tiago Pereira da Cunha relevou o papel fundamental das instituições sociais, em especial durante a pandemia de Covid-19.

“Esperemos que este convívio seja o ponto de viragem de tudo o que temos passado nestes dois últimos anos”, afirmou o autarca.

Rumo ao litoral, a tocha solidária desaguou em Caminha, onde dezenas de crianças e idosos lhe fizeram uma espécie de guarda de honra.

Houve troca de elogios entre a CNIS e a autarquia, no momento institucional, mas, também, música e animação q.b., desta feita a cargo do cantor Augusto Canário, que durante muitos anos trabalhou em IPSS, junto de jovens portadores de deficiência, como fez questão de frisar.

Foram três dias de encontros e partilhas, de conhecimento e reconhecimento e de muita alegria e animação, que culminou, ao quarto dia, com a XV Festa da Solidariedade.

Ao cabo de 15 edições, há ainda cinco distritos que não acolheram a grande celebração da solidariedade social, a saber, e na mira de serem anfitriões em 2023, os distritos de Aveiro, Beja, Bragança, Leiria e Portalegre.

Até para o ano...

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



O Mundo do trabalho e a Inflação

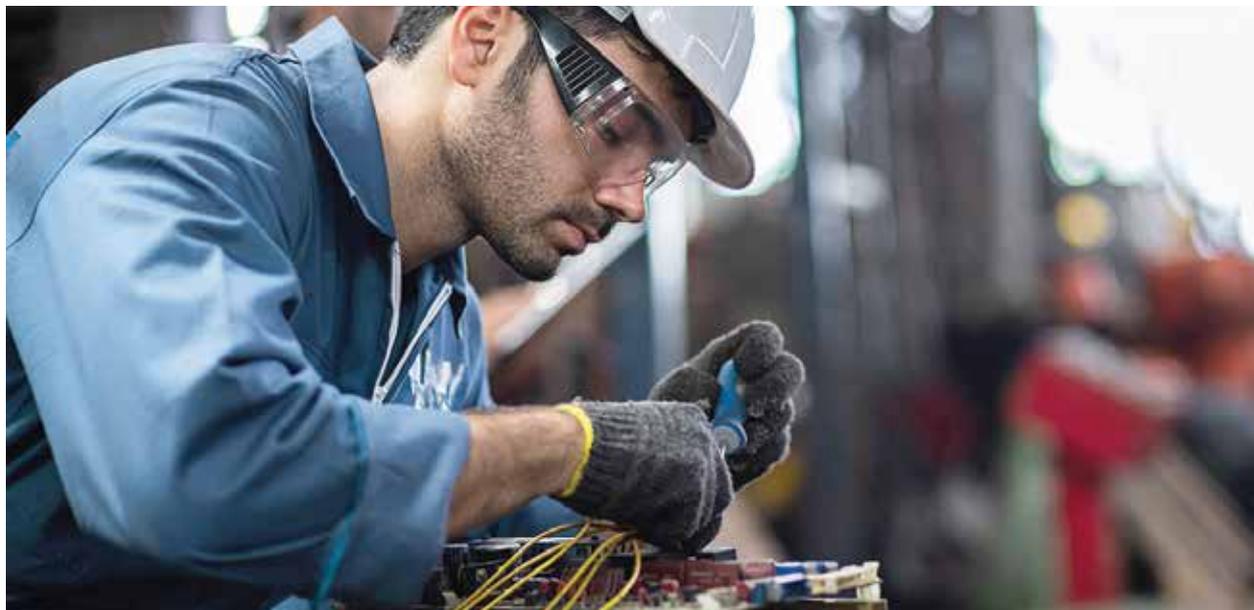
Nas últimas décadas, os sistemas económicos no mundo mudaram muito. Mudou a forma como o valor económico é criado, surgiram novos modelos de negócio, abriram-se mercados até aí desconhecidos, inovou-se na forma de comercializar e as novas tecnologias alavancaram fortemente as atividades económicas. Todas estas mudanças tiveram consequências nas relações de trabalho, que passaram a ser mais instáveis e inseguras.

Em certa medida isso foi bom para o mundo em geral, desde logo porque alavancou o desenvolvimento em zonas com debilidades económicas e sociais e diminuiu em grande número as pessoas que viviam abaixo do limiar da pobreza. Mas temos de reconhecer que essas mudanças não foram acompanhadas por um reforço de regulação global. A nova ordem mundial transformou-se numa disputa de oportunidades, nem sempre através dos meios mais legítimos, evidenciando práticas injustas, com consequências negativas para o fator trabalho.

Foram criadas nos finais do século passado e no princípio deste século expectativas que não se confirmaram. Acreditou-se que a globalização e a revolução tecnológica iriam proporcionar as condições para uma mudança qualitativa para melhor quanto à evolução do trabalho. Pensou-se que os trabalhadores, graças ao crescimento económico, à evolução da tecnologia e ao aumento da produtividade, passariam a ter melhores salários e mais tempo para se dedicarem à família e aos tempos livres. Essa expectativa generalizou-se por todo o lado. Houve, de facto, a ilusão que as mudanças tecnológicas associadas ao crescimento económico iriam ajudar a criar as condições para o surgimento de postos de trabalho mais dignos e melhores remunerados.

Esta não confirmação de expectativas teve consequências a nível político. Quando as expectativas tão profusamente criadas não se confirmam não é a só a desilusão que surge. É também um sentimento de desistência para uns, revolta para outros o que, a nível político, é aproveitado por movimentos de pendor mais radical. A evolução no mundo do trabalho está assim associada ao risco da radicalização política em que o mundo está mergulhado e à incerteza sobre o destino das democracias liberais.

Ao constatar o erro de se ter criado falsas expectativas, como resultado da globalização e das inovações da tecnologia lembro o pensador



Fukuyama, que falhou na sua previsão do fim da história com a queda do Muro de Berlim, ao vaticinar que as sociedades democráticas liberais seriam dominantes no panorama universal e que existiria um grande consenso sobre o seu desenvolvimento assente numa maior prosperidade, conquistada em sociedades livres.

Acontece que o mesmo Fukuyama no seu recente livro “O Liberalismo e os Seus Descontentes” já não fala desse fim da história. Aqui, ele escreve sobre o começo de outra história porque entende que os regimes democráticos hoje estão sob um duplo ataque, à direita e à esquerda. Os dois extremos têm em comum a negação da ideia central do liberalismo.

Para acreditar que a democracia será sempre o mais forte de todos os regimes não pode acontecer que largas camadas da população vivam num tempo em que lhes é coartada a ambição. E a realidade mostra que são muitos os que deixaram de acreditar no elevador social e nos discursos que anunciam mais crescimento económico, porque ele se tem revelado residual e, quando existe, só parece beneficiar uma minoria.

O surgimento da guerra na Ucrânia tornou ainda o mundo mais complexo e incerto e com consequências também para o nosso País que sofre, entre outros, o problema da inflação. A este respeito faço votos para que as consequências da batalha contra a inflação não recaiam de forma mais dominante sobre a grande maioria dos que trabalham. Por isso, penso que é decisivo que se defina uma política

de relançamento da economia, acompanhada de uma justa redistribuição de rendimentos.

Em Portugal assistimos ao aumento da pobreza e das desigualdades (os últimos dados do Eurostat apontam para 2,3 milhões de pobres, dos quais mais de 11% trabalham), acentua-se o custo de vida, os salários, especialmente para os mais jovens, mesmo altamente qualificados, são baixos e a classe média vai desaparecendo. Como consequência, as pessoas abandonam o País. Quando se compara o número de emigrantes com o número de residentes, Portugal ocupa hoje o último lugar da União Europeia. São cerca de 6 milhões de portugueses espalhados pelo mundo. Acima de nós, a emigrar, só estão os países em que a população teve de fugir devido à guerra ou desastres naturais.

Esta situação obriga a um forte apelo ao espírito de compromisso na busca de soluções. E esse espírito de compromisso tem de ser cada vez mais reforçado, não só a nível da cooperação internacional e do multilateralismo, mas também a nível nacional.

A dignidade no mundo do trabalho não é só consequência do que pode estar expresso na lei. Tem de ser mais do que isso. Tem de ser assumida especialmente como uma real mais-valia para a empresa e para a dignificação de quem lá trabalha e só será completa se nela forem compatibilizadas, em simultâneo, as perspetivas sobre a redução fiscal para as empresas, a garantia do aumento do investimento e uma política de distribuição de rendimentos equilibrada.

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Solidariedade Intergeracional (?)

1 - Como acontece sempre que as televisões tratam do tema das pensões de reforma, como tem acontecido, a condição de reformado, nas imagens que ilustram o tema, é representada por um grupo de velhos, a jogar cartas, num jardim...

Não que não seja uma forma tão legítima de passar o tempo como qualquer outra.

Cada qual é o senhor do seu próprio tempo e da sua própria vida – e o tempo mais livre que se tem após a aposentação ou a reforma permite um mais largo campo de escolha para as ocupações que cada qual para si prefere.

Não; o ponto não é o jogo de cartas (às vezes substituído por damas ou dominó, aqui mais à mesa de cafés).

O ponto é o símbolo por que a imprensa sempre opta para a ilustração da condição do reformado, tomando a parte pelo todo, numa sinédoque insidiosa.

Nunca aparecem, a ilustrar a situação de reformado, os avós que vão levar e buscar os netos às creches e à escola, ou os dirigentes das Instituições de Solidariedade, ou os igualmente reformados Marcelo Rebelo de Sousa, Ferro Rodrigues ou Carlos César... ou tantos outros.

(Cada qual preencha de acordo com a sua preferência.)

Essa opção tem uma finalidade e obedece a uma estratégia: trata-se de apresentar os aposentados e reformados como tendo hábitos frugais, que se não traduzem em despesas, como que antecipando, acompanhando e sempre acobertando medidas de política social que os tem como alvo ou objecto – que, normalmente, lhes são desfavoráveis, a começar por lhes infligir cortes nos rendimentos ou no poder de compra.

“Não precisam”; “não têm onde gastar!” – é a mensagem subliminar.

Nunca são apresentados como cidadãos, com direitos; ou consumidores, com despesas; sempre como entes passivos, à mercê da benevolência dos poderes públicos.

A própria linguagem mediática acompanha esta intenção de apagamento civil.

Ainda agora, a propósito do novo corte nas pensões, decretado pelo Governo, os locutores das diversas estações televisivas não encontram outra forma de transmitir as novidades senão por redução a uma mercê: “O Governo dará aos reformados... meia pensão em Outubro” – como se fosse uma esmola por parte de quem nos pastoreia e não a contrapartida de um direito constituído ao

longo de mais de 40 anos de contribuições.

É essa, aliás, a opção metodológica na abordagem do tema: a pensão de aposentação ou reforma constitui um direito do trabalhador que para ela descontou ao longo de toda a sua vida activa; ou os descontos mensalmente efectuados pelos trabalhadores, bem como a TSU paga pelos empregadores, constitui uma manancial que os Governos podem gastar como lhes apetecer, para apoios ao emprego ou para redução do défice público, prescindindo da finalidade substitutiva que presidiu à tributação do salário para efeitos de protecção social dos trabalhadores após a cessação da relação laboral?

Como é próprio dos sistemas de protecção social tributários do modelo da social-democracia instituídos na Europa do Norte, no pós-guerra, que nos serviram de inspiração.

2 – Infelizmente, durante o Governo da troika, este discurso implícito sobre o carácter precário do valor da pensão, como substituto dos rendimentos do trabalho, constituiu a fundamentação para os cortes nas pensões, decidido pelo Governo de então, a que o Tribunal Constitucional veio pôr um travão.

Ao mesmo tempo, o discurso do poder, com a cobertura da imprensa – que hoje cobre e reproduz acriticamente tudo o que são recados ou mensagens do Governo de turno – foi estabelecendo uma “verdade”, própria de uma visão neoliberal, de que os encargos com as pensões em pagamento constituem um “roubo” que os actuais reformados fazem aos trabalhadores hoje no activo, capturando o valor das contribuições sociais para pagamento das reformas de hoje e deixando desguarnecidas as reservas matemáticas necessárias para honrar as pensões futuras, quando os actuais trabalhadores activos passarem ao estatuto de reformados.

As pensões hoje pagas colocarão em causa o pagamento das pensões futuras – é o discurso dominante do poder, para justificar os cortes, tenham ou não esse nome, nas pensões.

Um deputado da maioria que suportava o Governo de Passos Coelho definiu mesmo, numa síntese infeliz, essa pretensa “captura” como a “peste grisalha”.

Mas trata-se de uma falácia: nem os Governos, nem as Oposições, nos levam a acreditar que as projecções sobre o que estimam venha a ser a situação financeira da Segurança Social possuam

mais credibilidade do que as minhas – que não as faço.

Só nos últimos meses, passámos de uma garantia de estabilidade e cumprimento das obrigações do sistema de pensões, sem qualquer alteração das regras actuais, até 2050, graças às virtudes de uma lei de Vieira da Silva, para um cenário em que, se cumprida a lei (em vigor) de actualização automática das pensões de reforma, o mesmo sistema soçobriria daqui a uma dúzia de anos.

E tudo isto, e o seu contrário, garantido segundo o discurso dos mesmos actores: o Governo, e os seus seguidores; e os opositores.

Todos projectando valores de crescimento do PIB, ou amento da inflação, num dia – que a realidade vem esfrangalhar no dia seguinte.

A lei de Vieira da Silva passou, de depósito de virtudes e de vademecum salvador, a uma incomodidade em menos de um estalar de dedos – só para justificar os cortes nas pensões, com o objectivo de diminuir o défice com o dinheiro dos trabalhadores.

3 – Já desde os tempos longínquos em que Pedro Passos Coelho nos governava que não ouvia a expressão “solidariedade intergeracional” para significar e justificar a ablação de parte das pensões de reforma ou aposentação.

Na novíngua em uso, “solidariedade intergeracional” é uma expressão que só funciona num sentido – traduzido em os reformados e pensionistas se conformarem com cortes nos seus rendimentos ou poder de compra, para assegurar a “sustentabilidade da Segurança Social” – outro mantra do discurso político – para salvaguarda do pagamento das pensões futuras.

Como se o dinheiro das contribuições ficasse guardado num cofre como o do Tio Patinhas, para ser distribuído à plebe como a Rainha Santa distribuía rosas.

Ouvi-a agora de novo pela voz de António Costa, com o mesmo sinistro sentido e efeito: igualmente para explicar os cortes nas pensões decretados pelo actual Governo, depois de clarificado o truque de apresentar como bónus o que não é mais, materialmente, do que a costumada ablação vitalícia de rendimentos.

Afinidades electivas, porventura...

Ou Dupond et Dupont, como sintetizei na última crónica.

ENTRE A SEDE DE CONCELHO E FÁTIMA SÃO CRIADAS MAIS 49 VAGAS

IPSS de Ourém reforçam resposta de creche com apoio financeiro da autarquia

Perante as queixas de algumas famílias sobre a falta de vagas de creche no concelho de Ourém, a autarquia pôs em marcha um plano de apoio às instituições sociais que já apresentavam essa resposta, no sentido de a reforçar.

Assim, o concelho de Ourém vai ganhar, já este ano letivo, quase 50 novas vagas em creche.

Do total, 32 vão ser criadas pelo Centro Infantil Santa Maria de Leuca, em Fátima, cujas obras com vista à criação de duas novas salas de creche na instituição deverão ficar concluídas ainda este ano, para as quais o executivo camarário aprovou um apoio de 38 mil euros, que corresponde a 25% do total da obra.

Por outro lado, a Associação para a Promoção e Dinamização de Apoio à Família (APDAF), em Ourém, irá dispor de mais 17 lugares em creche, estando as obras nesta instituição já em fase final, a aguardar vistoria da Segurança Social.



Com as vagas agora criadas, “ficam supridas grande parte das necessidades” do concelho

nesta resposta social, afirmou Luís Albuquerque, presidente da autarquia de Ourém.

IPSS BENEFICIAM DE MILHARES DE REFEIÇÕES E DE PRODUTOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

Empresas de distribuição apostam nas doações para combater desperdício alimentar

As empresas de grande distribuição olham cada vez mais para as instituições sociais como um excelente meio de porem em prática as suas políticas de responsabilidade social e, ao mesmo tempo, combaterem o desperdício de bens alimentares.

Assim, no primeiro trimestre de 2022, o Continente distribuiu 11,3 milhões de euros de excedentes alimentares, enquanto a Mercadona doou 670 toneladas de produtos de primeira necessidade, o equivalente a mais de 11.000 carrinhos de compra, a instituições sociais.

Nos primeiros seis meses do ano, a Missão Continente distribuiu 12,2 milhões de euros de produtos alimentares a 1.038 instituições de todo o país: 11,3 milhões de euros foram entregues a 877 instituições de solidariedade social, o equivalente a mais de 2,5 milhões de refeições.

São mais de 285 mil euros em excedentes alimentares que a Missão Continente doou a 34 instituições do distrito de Viana do Castelo no primeiro semestre de 2022. Mais de 272 mil euros foram entregues a 30 instituições de solidariedade social, o equivalente a mais de 60 mil refeições.

Os artigos doados são considerados excedentes quando perdem o seu carácter comercial, mas preservam todas as condições necessárias de consumo seguro, evitando o desperdício alimentar numa lógica de economia circular. Estes incluem produtos frescos como fruta, legumes mercearia e artigos de padaria, entre outros bens alimentares.



“As doações diárias que disponibilizamos a várias centenas de instituições permitem, por um lado, evitar que toneladas de alimentos se convertam em desperdício e, por outro, prestar um apoio muito relevante para milhares de famílias”, refere Nádía Reis, diretora de Comunicação e Responsabilidade Social do Continente, exemplificando: “Em Viana do Castelo, estamos a falar de mais de 60 mil refeições, num valor calculado superior a 272 mil euros, só no primeiro semestre deste ano”.

Por seu turno, a Mercadona, mais recente no mercado português, doou 670 toneladas de produtos de primeira necessidade no primeiro semestre de 2022 em Portugal. As doações, segundo a empresa, equivalem a mais de 11.000 carrinhos de compra e foram destinadas a mais de 30 cantinas sociais, cinco bancos de alimentos e outras entidades sociais com as quais a

colabora.

Só no distrito de Aveiro, foram doadas 146 toneladas de produtos de primeira necessidade a instituições locais de solidariedade social.

A empresa participa ainda, com os seus recursos humanos e logísticos, noutras iniciativas de âmbito nacional que se realizam ao longo do ano. É o caso da «Campanha Vale», organizada pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, e da campanha «Shop for Goodness», promovida pela Cruz Vermelha Portuguesa, cujo montante angariado foi convertido em cartões de compra que contribuem para a autonomização de famílias carenciadas.

No conjunto das suas 1.660 lojas, entre Portugal e Espanha, a empresa doou 10.800 toneladas de bens na primeira metade deste ano, o equivalente a 180.200 carrinhos de compras, que se destinaram a mais de 410 cantinas sociais, 60 bancos de alimentos e outras entidades sociais de ambos países.

No distrito de Aveiro, além do apoio ao Banco Alimentar, a Mercadona apoia regularmente diversas instituições, entra as quais a Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, a Cercifeira (Santa Maria da Feira), a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Cristóvão (Ovar), a Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Sr.ª D’Ajuda (Espinho), a Delegação de Águeda da Cruz Vermelha Portuguesa, a Florinhas do Vouga e o Centro Social Paroquial de Vera Cruz, ambas na cidade de Aveiro.

CÁRITAS DIOCESANA DE PORTALEGRE – CASTELO BRANCO

Cabazes alimentares são “insuficientes” e há cada vez mais imigrantes a precisar de ajuda

A Cáritas Diocesana de Portalegre - Castelo Branco alertou que o número de cabazes alimentares de que dispõe para dar resposta aos pedidos de ajuda é “insuficiente”, sublinhando que a situação se deverá “agravar” nos próximos tempos.

“Os cabazes têm vindo a ser cada vez mais insuficientes e é claro que, sobretudo as famílias que têm algum tipo de dependência ou que têm crianças, não podem ser autossuficientes e nós gostaríamos de fazer um reforço que, infelizmente, não tem sido possível”, lamentou a assistente social da Cáritas de Portalegre - Castelo Branco, Anabela Afonso.

Sublinhando que atualmente é dada resposta, com regularidade, em Portalegre a 60 famílias “em idade ativa, com trabalhos precários ou rendimentos insuficientes”, Anabela Afonso realçou que a ajuda do Banco Alimentar Contra a Fome tem sido “significativa” neste contexto, mas ao mesmo tempo “insuficiente” para o número de casos acompanhados.

“Nós, se calhar, não recebemos um pacote de leite por pessoa e temos de adquirir. Nós procuramos adquirir, mas tem sido cada vez mais difícil”, revelou.

A assistente social relatou ainda que “há uns meses” era possível integrar nos cabazes “um



pouco de carne e de peixe”, mas nesta altura foi necessário “cortar” estes géneros alimentares por causa do aumento de preços e do número de famílias que têm pedido ajuda.

Além dos apoios pontuais que têm também dado a imigrantes que chegam a Portalegre, Anabela Afonso alerta que começa a ser “cada vez mais difícil” apoiar as famílias na região.

“Nós hoje estamos a fazer distribuição de géneros e uma das coisas que as pessoas nos pedem é azeite. Este mês não demos, vamos ter de intercalar, para conseguirmos assegurar o

azeite no Natal”, acrescentou.

A assistente social da Cáritas de Portalegre - Castelo Branco indicou ainda que, nos últimos tempos, têm também notado a chegada de “muitos imigrantes” para trabalhar na região, mas apesar de surgirem algumas ofertas de emprego, “a grande dificuldade” centra-se no mercado imobiliário.

“É muito difícil encontrar uma casa para alugar. O mercado é escasso e as poucas casas que há têm preços elevados para as condições económicas dessas famílias”, sustentou.

CÁRITAS INTERPAROQUIAL DE CASTELO BRANCO

Aumento do custo de vida gera um número crescente de pedidos de ajuda de famílias trabalhadoras

Por outro lado, a Cáritas Interparoquial de Castelo Branco revelou já sentir um aumento no número de pedidos de apoio provocado pelo agravamento do custo de vida, sobretudo de famílias que trabalham e que nunca tinham recorrido à organização.

“Houve um agravamento no número de pedidos de apoio. E, agora, o que sentimos é que famílias que nunca tinham pedido apoio estão a recorrer à instituição. A Cáritas centra-se, sobretudo, em assegurar os bens de primeira necessidade e estamos agora a ser procurados por estas ‘novas’ famílias”, disse a presidente da direção da Cáritas Interparoquial, que congrega as três paróquias de Castelo Branco.

Fátima Santos explicou que há um histórico em torno de toda esta situação que tem vindo a agravar-se desde o início da pandemia da Covid-19.

“A pandemia já fez aumentar os pedidos de ajuda. E a guerra agravou ainda mais a situação, porque chegaram refugiados”, frisou.

A presidente da Cáritas albacastrense sublinhou que se nota uma grande diferença nos pedidos de apoio. E, a título de exemplo,



explicou que, comparando o segundo trimestre de 2021 com o segundo trimestre de 2022, ou seja, da pandemia para a guerra, houve “mais de 1.500 atendimentos”.

Já sobre o aumento de pedidos de apoio das «novas» famílias que trabalham, mas cujo rendimento já não chega para fazer face às despesas, “atualmente são mais de duas dezenas que estão a recorrer à Cáritas”.

“O Estado não está a responder a estas famílias. Estamos a ter uma especial atenção para estas famílias”, defendeu.

Fátima Santos salientou que a Cáritas será sempre um complemento e não se pode substituir aos apoios do Estado.

E adiantou ainda que, durante os meses de julho e agosto, tem havido também um aumento de pedidos de apoio na Cáritas Interparoquial de Castelo Branco, sobretudo de famílias brasileiras.

“Nestes dois últimos meses foi uma coisa muito significativa, tendo em conta o nosso contexto”, sustentou.

A responsável realçou a generosidade que a comunidade local tem manifestado em relação a esta organização comunitária. Contudo, salientou que, com o agravamento da crise, “já se nota um pouco que as pessoas não estão tão disponíveis para ajudar”.

Sobre o futuro próximo, Fátima Santos foi perentória: “Acho que vêm aí tempos difíceis”.

“A continuar o aumento do custo de vida, teremos um aumento de pedidos de apoio de famílias e a nossa preocupação será sempre assegurar os bens de primeira necessidade a essas famílias. Mas tudo o que possamos fazer é insuficiente”, concluiu.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.

-  CENSO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS
-  SERVIÇOS FACILITADOS
-  REPARAÇÃO COLETIVA
-  REPARAÇÃO PÚBLICA E CANTINEIRO DE EVENTOS
-  VOZING
-  REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA
-  PRODUÇÃO ALFOMBRAS
-  SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA
-  CAMPANHA
-  SERVIÇOS E INCENTIVOS
-  TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 www.trivalor.pt
 LINDALVA, 1000-001 LISBOA

RUA DO SARGENT. Nº 13 - 2790-076 DAMAUS DE
 TEL: 210-420-000 / 210-420-000
 FAX: 210-420-000 / 210-420-488
 EMAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

MINISTRA ADJUNTA E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Vai mudar a forma como se acolhem e se integram os refugiados

A ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares garantiu que a criação da Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo, na sequência da reestruturação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), estará concluída até ao final do ano.

“Até ao final do ano de 2022 teremos concluído o processo de criação Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo, que mudará estruturalmente a conceção e a forma como acolhemos e integramos quem cá chega”, disse Ana Catarina Mendes.

A ministra disse na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que esta agência surge na sequência da reestruturação do SEF, que separa as atribuições administrativas das atribuições policiais, ficando na alçada da agência as atribuições administrativas.

A ministra frisou que o Governo quer melhorar não só as respostas para a entrada de migrantes em Portugal, mas também para a integração, adiantando que está a ser feito

trabalho de análise de contributos para que “tão cedo quanto possível” seja feita a revisão da lei orgânica do Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

A governante justificou esta necessidade com o facto de o ACM ter visto aumentar “significativamente” as suas competências, esferas de ação e público alvo, já que trabalha não só ao nível da integração de migrantes, mas também acolhimento de refugiados.

Sobre esta última questão, a ministra revelou que só no ano de 2022 Portugal recebeu “13 vezes mais refugiados do que nos últimos cinco anos somados”.

“Por isso, pretendemos alterar a lei orgânica de funcionamento do ACM para melhorar a eficiência das respostas de integração”, aprofundando a articulação entre as medidas e os serviços públicos, mas também pela “continuação da promoção da valorização das diversidades na sociedade portuguesa”.

Salientou que desde janeiro deste ano abriram mais nove Centros Nacionais de Apoio aos

Imigrantes (CNAIM) e que têm vindo a diversificar as entidades com as quais trabalham.

“Não tenhamos mesmo ilusões, os fluxos migratórios vieram mesmo para ficar e a nossa necessidade de mão de obra e de combater a demografia também”, frisou Ana Catarina Mendes.

A ministra não esqueceu o caso dos cidadãos timorenses detetados em julho a viver em condições indignas, para dizer que foi criado um grupo de trabalho ministerial para acompanhar o caso, apontando que ficou demonstrada a necessidade de “respostas mais robustas e articuladas”, de articulação entre entidades públicas, autoridades policiais, mas também a sociedade civil.

Ana Catarina Mendes adiantou que Portugal acolheu até agora mais de 52 mil pessoas vindas da Ucrânia, na sequência da guerra com a Rússia, e deixou a garantia de que o país continuará a encontrar respostas rápidas “para quem foge de uma guerra sem fim à vista”.



**SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995**

Novas versões

- | | |
|---|---|
| US UNIDADES DE SAÚDE | PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS) |
| CP CONTROLO DE PRESENCAS | PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC |
| ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO | PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI |
| UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT) | ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS |
| GI GESTÃO DE IMÓVEIS | CNT CONTABILIDADE ESNL |
| IMO IMOBILIZADO ESNL | LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE |
| ORD ORDENADOS | ORC MÓDULO ORÇAMENTOS |

+ de 40 aplicações

+ de 900 clientes

Garantia de satisfação

Demonstrações grátis e sem compromisso

Assistência remota

Formação online

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE +351 253 408 326
TELEMÓVEL +351 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM **www.tsr.pt**

HUMANITAS – FEDERAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFICIÊNCIA MENTAL

Mais de 10 mil assinaturas entregues pelo Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual

A HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental entregou à Assembleia da República, no passado dia 13 de setembro, 10.270 assinaturas sobre a petição para a criação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual.

Desde dezembro de 2021 que a instituição recolheu assinaturas para a criação da nova efeméride. Com o apoio da CNIS e envolvendo as associadas da Humanitas, e outras instituições e federações que se associaram a este movimento, foram recolhidas presencialmente e por via digital mais de 10 mil assinaturas de apoiantes.

Para a presidente da Humanitas, Helena Albuquerque, “falar na pessoa com deficiência intelectual e em todas as questões que se levantam sobre este tema é muito importante e este período de recolha de assinaturas foi essencial para trazermos para a discussão pública este tema”.

“Para a inclusão da pessoa com deficiência intelectual é fundamental conhecer para aceitar. Houve um movimento notável que se criou à volta desta petição que reuniu pessoas com deficiência intelectual, familiares, técnicos e sociedade em geral. Criaram-se laços de partilha conjunta que ficarão para sempre”, revelou a dirigente.

O objetivo é sensibilizar os decisores, mas também a população em geral, para os problemas



específicos de mais de 70 mil cidadãos portugueses com deficiência intelectual.

“Apesar de existir já o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado a 3 de dezembro, cada vez mais urge criar espaços de discussão e reflexão onde os problemas específicos das pessoas com deficiência intelectual sejam

analisados e discutidos. O cidadão comum e, consequentemente, os políticos e decisores governamentais não estão naturalmente motivados para a realidade da deficiência intelectual, pois esta é invisível e dificilmente representada na primeira pessoa”, sustentou a presidente da instituição.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE AVEIRO

Dia 11 de outubro há formação sobre enquadramento legal dos cargos de direção técnica

No próximo dia 11 de outubro, das 14h30 às 17h30, na Casa da Comunidade Sustentável, a UDIPSS Aveiro promove uma formação subordinada ao tema «O Enquadramento Jurídico-legal do Exercício dos Cargos de Direção Técnica e Coordenação Pedagógica».

Tendo como destinatários dirigentes, direções gerais, direções técnicas e outros colaboradores das IPSS, o curso tem como principal objetivo

dotar os participantes de conhecimentos sobre a responsabilidade legal dos coordenadores e responsáveis técnicos. A formação, em formato presencial, será ministrada por Eduarda Araújo, tendo o seguinte conteúdo programático: O conhecimento da legislação aplicável; A nomeação e atribuição do cargo de Direção e a sua formalização; As competências atribuídas ao Diretor Técnico; O paralelismo com a categoria de

Diretor de Serviços; O caso especial de remuneração; A figura da comissão de serviço e as suas características, aplicação e efeitos; As responsabilidades do Diretor Técnico; Breve abordagem ao procedimento disciplinar.

Para os associados da UDIPSS Aveiro a formação tem um custo de inscrição de 25 euros, enquanto para os não associados é de 40 euros.

CASA DO POVO DA ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-VELHO

Financiamento do PRR vai permitir mais do que duplicar a capacidade da ERPI

A Casa do Povo de Abrunheira (CPA), de Montemor-o-Velho, viu aprovada a sua candidatura apresentada à medida Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A candidatura da Casa do Povo de Abrunheira vai permitir o aumento do número de camas de ERPI, de 43 para 105, representando um financiamento superior a 1,4 milhões de euros.

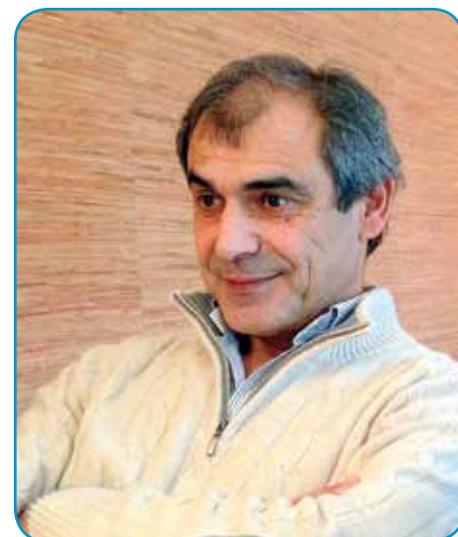
Na cerimónia de contratualização foram ainda entregues os contratos de financiamento a 17 outras Instituições Particulares de Solidariedade

Social, que viram aprovadas as candidaturas para requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais dos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu.

A sessão decorreu no Instituto Politécnico da Guarda e contou com a presença da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, que entregou, entre outros, o contrato de financiamento da obra de alargamento da resposta de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) da CPA a José Carvalho, presidente da direção da instituição de Montemor-o-Velho.



JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A crise energética na Europa e como lidar com ela: o impacto nas famílias

A subida dos preços da energia vai colocar muitas famílias em dificuldades.

Considerando as três principais matérias primas energéticas, ou seja, o petróleo, o carvão e o gás natural, a evolução dos preços desde a invasão da Ucrânia é como segue: O carvão térmico e o gás natural quase triplicaram de preço, o petróleo (brent) que cotava antes de fevereiro de 2022 por baixo de 90 dólares por barril chegou a andar por cima de 120 e ultimamente cota entre 80 e 90 dólares.

É frequente vermos na comunicação social passar a ideia que os preços do gás multiplicaram não por três, mas por dez. Tudo depende do ponto de referência que tomamos. A verdade é que os preços do gás já estavam a subir antes da invasão da Ucrânia. Tomando por referência os preços de janeiro de 2022 a multiplicação por três está certa. Se formos buscar a referências mais antigas o múltiplo de dez pode estar correto.

Trata-se de variações de preços com amplitudes que só vimos nos anos 70 com o embargo petrolífero promovido pelos países árabes.

Estas variações de preços estão a produzir transferências de riqueza colossais a favor de países com capacidade exportadora de matérias primas energéticas fósseis – o que já seria mau em si mesmo – ainda mais negativo é que um dos principais beneficiários seja a Rússia que, assim, vai tendo ampla capacidade de financiar a guerra.

O pior até podem não ser os preços elevados, nem as massivas transferências de dinheiro para regimes corruptos ou hostis, o mais assustador é que em alguns países, no próximo inverno, os governos podem ser obrigados a escolher entre aquecer as casas ou manter as fábricas a funcionar.

Outro caso em aberto é como vão as famílias mais vulneráveis pagar as contas da energia que podem tranquilamente mais que duplicar em pouco tempo?

Não disponho de números para Portugal, mas, nas economias de capitalismo avançado, a despesa em energia de uma família nos escalões mais baixos de rendimento vale por volta de 15% do rendimento disponível. Nos decis superiores, os mais ricos, esse peso andarà pelos 2%.

É perfeitamente possível que, em alguns países, esse peso passe para mais do dobro. No Reino Unido há quem estime que esse valor possa chegar aos 41%. Para muitas famílias dos escalões mais baixos de rendimento pode ser a escolha entre comer ou aquecer-se no inverno.

Um tal cenário não é política ou moralmente comportável.

O debate sobre como navegar a crise humanitária que aí vem é importante porque as diferentes soluções que vemos aparecer no espaço público têm por base visões do mundo e da sociedade muito diversas ou mesmo conflituais.

As respostas liberais podem resumir-se na seguinte frase: deixar os preços evoluir livremente de acordo com as regras dos mercados (quase sempre mercados regulados, é certo) e ajudar diretamente os mais frágeis com apoios financeiros.

Uma outra variante do lado liberal, muito debatida atualmente no Reino Unido e defendida por Liz Truss, primeiro ministro eleita, é reduzir os impostos de forma regressiva em vez de dar dinheiro aos mais pobres. Regressividade aqui significa que a redução nos impostos é tanto maior quanto menor for o rendimento.

Claro que, em teoria, pagar menos impostos ou receber dinheiro do estado é a mesma coisa.

Contudo há países, como Portugal, onde este modelo não é simplesmente aplicável – boa parte da população portuguesa não paga IRS portanto só fariamos chegar dinheiro às pessoas se aplicássemos, como acontece em algumas geografias, o modelo de impostos negativos. Não é o caso!

Não creio que as soluções liberais sejam aceitáveis.

Desde logo por uma questão moral – enquanto deixamos os mercados a funcionar, nas excecionais condições atuais, algumas empresas vão fazer (como fizeram no passado recente) lucros muito acima do normal.

O modelo de deixar os preços andar e ajudar diretamente os mais frágeis equivaleria a subsidiar com dinheiro público empresas privadas que já estão a fazer lucros excecionais. Moralmente repugnante!

Por outro lado, um tal modelo seria difícil de aplicar. Em Portugal já temos uma tarifa social de energia para famílias mais frágeis.

O modelo tem funcionado relativamente bem em tempos normais. No período que aí vem vai ser necessário alargar muito o âmbito atual de aplicação de ajudas estatais. Onde traçar a fronteira entre os que podem suportar os novos preços e os que precisam de ajuda?

Acredito que vamos ter de entrar por territórios de que ninguém gosta, mas que podem ser inevitáveis. Controlo administrativo de preços pode ser necessário, fixação de preços máximos, idem.

Não tenhamos ilusões – tetos nos preços ou controlo administrativo dos mesmos não vão ser

suficientes. Será sempre necessária a ajuda direta aos mais frágeis. O que não podemos permitir é que a ajuda aos mais frágeis acabe por engordar as contas de lucros de empresas que já usufruem de resultados anormais.

Tanto quanto consigo vislumbrar a solução só pode ser um cocktail de intervenção nos preços mais ajudas diretas aos mais frágeis e redução de impostos.

Os custos orçamentais das ajudas diretas, ou reduções de impostos (IVA, por exemplo) como forma de limitar os preços serão muito grandes. De onde vem o dinheiro para financiar estes gastos excecionais?

Claro que uma parte terá de ir para a conta do aumento do deficit público e da dívida.

Contudo, uma parte deveria vir de impostos especiais sobre aqueles que estão a beneficiar com a desgraça alheia.

Intervenção nos preços, impostos especiais e retroativos são coisas que me arrepiam e disso tenho dado abundante prova neste espaço de crónica.

Contudo, não estamos a viver tempos normais, estamos a viver tempos de guerra e, portanto, a necessitar de medidas típicas das economias de guerra.

O governo português anunciou, entretanto, o pacote de medidas de ajuda às famílias.

Basicamente é um mix de reduções de impostos e ajudas diretas com intervenção muito limitada em termos de preços. Quanto a tributação extraordinária de lucros excessivos estão, para já, fora de consideração.

Considero que, no essencial, as medidas são equilibradas e vão no sentido certo embora seja sempre possível discutir questões como a dimensão do pacote financeiro (podia ser maior?), o tempo da decisão (porque não mais cedo?), de composição das medidas (porque não reduzir temporariamente o IVA dos bens alimentares?) e, como sempre, questões de detalhe.

As críticas a este nível são perfeitamente aceitáveis, trata-se, para todos os efeitos, de temas controversos por natureza.

Contudo, a nossa oposição política apresenta-se a terreiro com base na ideia de que as medidas do governo não resolvem a totalidade do problema, como se existisse uma varinha mágica que permitisse que a maior crise do mundo ocidental em décadas pudesse ser ultrapassada sem custos e sacrifícios para todos.

Com uma oposição como a que vai tendo o Dr. António Costa não deve necessitar de ansiolíticos.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

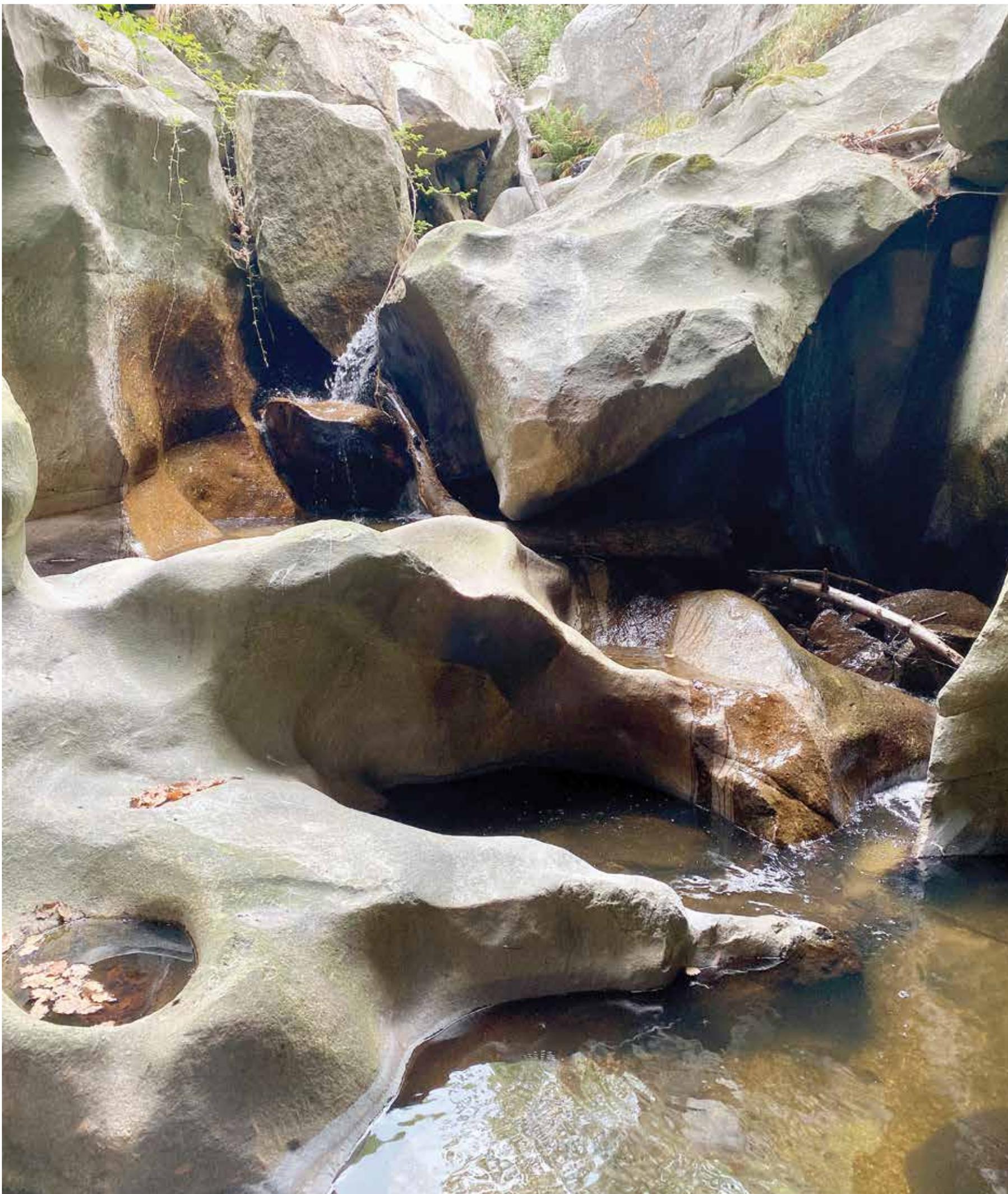
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



O sofrimento de um rio

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

NA UNIÃO EUROPEIA, NUMA DÉCADA

Mais de seis mil crianças morreram em desastres rodoviários

Mais de seis mil crianças morreram em colisões rodoviárias na União Europeia entre 2011 e 2020, apresentando Portugal uma redução anual de cerca de 7% de crianças gravemente feridas em acidentes rodoviários, segundo o European Transport Safety Council.

Um relatório do European Transport Safety Council (ETSC), refere que as vítimas registadas tinham idades até aos 14 anos e estima que cerca de 5% de todos os feridos graves rodoviários na União Europeia (UE) são crianças.

O relatório destaca que Portugal está, desde 2011, no grupo de Estados, como os Países Baixos e a Polónia, que alcançaram uma redução anual de cerca de 7% de crianças gravemente feridas em acidentes rodoviários.

Face aos dados compilados, o ETSC apela aos governos nacionais e à União Europeia para que sejam criados percursos seguros para ciclistas e peões a caminho das escolas.

De acordo com o relatório, apenas sete países da Europa relataram estabelecer limites de velocidade mais baixos obrigatórios nas zonas envolventes das escolas.

O ETSC refere que as estradas que circundam equipamentos para crianças e áreas urbanas com muitos ciclistas e peões devem ser projetadas para velocidades de 30 km/h e volumes de tráfego reduzidos.

“Apesar de nos últimos anos ter havido grandes avanços na segurança dos automóveis, quase metade do número total de mortes de crianças ocorrem em viagens de automóvel”, refere o ETSC, salientando que os dados disponíveis sobre o uso correto de sistemas de retenção para crianças (cadeirinhas) em automóveis em toda a UE são limitados, mas que os estudos têm mostrado que o uso incorreto continua a ser um problema significativo.

A partir de 01 de setembro de 2024, apenas os sistemas de retenção para crianças (cadeirinhas) que cumprem a nova norma UN R129 poderão ser vendidos no mercado da EU, lembra aquele organismo europeu.

O ETSC afirma que as cadeiras voltadas para trás devem ser obrigatórias pelo tempo que for possível, de preferência até que a criança atinja os quatro anos e defende que “os sistemas de retenção para crianças devem estar sujeitos a taxas reduzidas de IVA”.

“Para incentivar a utilização de sistemas de retenção para crianças, a Diretiva da UE 77/388/CEE inclui cadeiras para crianças na categoria “produto essencial”, na qual o IVA pode ser cobrado a uma taxa inferior”, destaca.

Contudo, o relatório refere que apenas alguns Estados-Membros da UE tiraram partido da possibilidade de reduzir o IVA para os dispositivos de retenção para crianças, tornando-os assim mais acessíveis para todos os pais.

O relatório sublinha que Portugal pertence ao grupo de países em que o IVA sobre as cadeiras para crianças foi reduzido para 5%, juntamente com o Chipre, Polónia e Reino Unido.

Com a UE prestes a rever as regras sobre as cartas de condução no corrente

ano, o ETSC apela também à formação teórica e prática obrigatória, bem como a um teste prático, para obter carta de condução de ciclomotor.

O ETSC também alerta que 16 países europeus permitem que crianças andem de ciclomotor aos 14 ou 15 anos, apesar de a idade mínima recomendada pela UE ser de 16 anos.

“Acima dos 14 anos, 20% das mortes de crianças nas estradas são condutores de ciclomotores, a grande maioria do sexo masculino”, revela o ETSC, considerando que “a idade mínima recomendada pela UE para conduzir não deve ser reduzida em qualquer categoria de veículo”.

Os autores do estudo encontraram grandes diferenças na segurança das crianças entre os países, adianta o relatório, dando como exemplo que a taxa de mortalidade infantil rodoviária na Roménia é dez vezes maior do que na Noruega, Chipre e Suécia.

Na divulgação do relatório, o diretor executivo do Conselho Europeu de Segurança nos Transportes, António Avenoso, afirmou que “perder uma criança num acidente rodoviário é uma tragédia por que nenhuma família deveria passar” e que, “embora o número de zero mortes infantis na estrada na maioria dos anos esteja a tornar-se uma realidade em algumas partes da Europa, há um longo caminho a percorrer”.

Para António Avenoso, “tornar as cidades seguras para as crianças começa com coisas simples, como velocidades mais baixas e ruas de acesso às escolas com regras temporárias de circulação”.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL